

# LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES:

Ressonâncias e repercussões

Lilian de Souza  
Fernanda Tonelli  
(Organizadoras)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022

# LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES:

Ressonâncias e repercussões

Lilian de Souza  
Fernanda Tonelli  
(Organizadoras)

Atena  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo



Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia



# Linguística, letras e artes: ressonâncias e repercussões

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadoras:** Lilian de Souza  
Fernanda Tonelli

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L755 Linguística, letras e artes: ressonâncias e repercussões / Organizadoras Lilian de Souza, Fernanda Tonelli. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0257-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.572221705>

1. Linguística. 2. Letras. 3. Arte. I. Souza, Lilian de (Organizadora). II. Tonelli, Fernanda (Organizadora). III. Título.

CDD 410

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A obra está organizada em dezoito capítulos que ressoam e repercutem nas áreas de Linguística, Letras e Artes. Traz discussões atuais em diversas temáticas, como o papel da mulher, do negro e do indígena e cultura. Tais abordagens foram tratadas com maestria pelos respectivos autores, que relacionaram as questões educacionais, sociais e individuais dos sujeitos sob o viés da própria linguagem artística.

Outras temáticas abordadas nesta obra nos convidam a refletir sobre situações da atualidade, como a pandemia e a invisibilidade do ser e os depoimentos de educadores acerca do fazer docente em tempos de pandemia sob o viés da análise de discurso. Ainda sobre o processo educacional, discute-se sobre neurociência cognitiva e comportamental e suas influências na educação, destacando os prováveis transtornos de aprendizagem.

Como manifestação artística, a literatura também se faz presente neste livro, percorrendo distintas realidades escritas por autoras e autores pertencentes a diversos períodos. Temos a contemporânea Adriana Vieira Lomar, a ancestralidade e resistência nas obras de Euclides Neto, os diálogos entre Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade, a linguagem estilística de Eva Furnari, entre as leituras e leitores de Machado de Assis e um estudo de caso entre Perón e Wilde. São produções que auxiliam o leitor a explorar os aspectos estilísticos da linguagem poética, das produções narrativas, bem como da dramaturgia.

Por fim, agradecemos à Atena Editora, por propor a publicação desta obra e às autoras e autores que contribuíram aqui com seus trabalhos. Este livro é um convite às/aos estudantes, docentes, artistas, poetas, musicistas e demais representantes da sociedade civil que se interessam em ressoar e repercutir esses diálogos plurais.

Boa leitura!

Lilian de Souza  
Fernanda Tonelli

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A POESIA ÁRABE FEMININA NO PERÍODO DA JAHILIYA: TRADUÇÃO COMENTADA DE VERSOS DE AL-KHANSA E AL- KHIRNIQ

Isabela Alves Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217051>

### **CAPÍTULO 2..... 9**

O CHORO EM SÃO LUÍS: RETRATOS DO CHORO NA CAPITAL MARANHENSE DO FINAL DO SÉC. XIX

Raimundo João Matos Costa Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217052>

### **CAPÍTULO 3..... 16**

A ADAPTAÇÃO DRAMATÚRGICA COMO JOGO: UM ESTUDO DE CASO ATRAVÉS DA RECRIAÇÃO DE PERÓN EM WILDE

Felipe Vieira Valentim

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217053>

### **CAPÍTULO 4..... 27**

A PANDEMIA DA INVISIBILIDADE DO SER

Paula Valéria Gomes de Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217054>

### **CAPÍTULO 5..... 29**

TRAVESSIA: A BUSCA DO HOMEM HUMANO NA LITERATURA CONTEMPORÂNEA

Wcleverson Batista Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217055>

### **CAPÍTULO 6..... 43**

A MANIPULAÇÃO DA INDÚSTRIA CULTURAL SOBRE A CRIAÇÃO ARTÍSTICA EM “UM HOMEM CÉLEBRE”, DE MACHADO DE ASSIS

Francisco Rangel dos Santos Sá Lima

Cícero Nilton Moreira da Silva

Mirna Maria Félix de Lima Lessa

Getuliana Sousa Colares

Daniela Katêrine de Oliveira

Nayara Marantha da Conceição Gurgel

Vivianne Caldas de Souza Dantas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217056>

### **CAPÍTULO 7..... 54**

CONHECENDO A NEUROCIÊNCIA COGNITIVA E COMPORTAMENTAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO, DESTACANDO OS PROVÁVEIS TRANSTORNOS DE

## APRENDIZAGEM

Ingrid Raposo Ramos

Marilei Arruda da Rocha Caballero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217057>

### **CAPÍTULO 8..... 61**

#### ÚRSULA: A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA NA OBRA

Ana Cleia Silva Pereira

Josilene dos Santos Sousa

Solange Santana Guimarães Morais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217058>

### **CAPÍTULO 9..... 68**

#### MÍMESIS ZERO E O AFETO COMO GERADOR DE EFEITOS EM *ALDEIA DOS MORTOS*, DE ADRIANA VIEIRA LOMAR

Jerusa Silva Nina de Azevedo da Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5722217059>

### **CAPÍTULO 10..... 80**

#### LEITURAS E LEITORES DE *PAPÉIS AVULSOS*, DE MACHADO DE ASSIS

Valdiney Valente Lobato de Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170510>

### **CAPÍTULO 11..... 96**

#### PROJETO CIRANDA DA LEITURA

Sílvia Letícia Oliveira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170511>

### **CAPÍTULO 12..... 106**

#### A LINGUAGEM ESTILÍSTICA DA OBRA LITERÁRIA DE EVA FURNARI

Micheli Cristiana Ribas Camargo

Cristina Yukie Miyaki

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170512>

### **CAPÍTULO 13..... 116**

#### DEPOIMENTOS DE EDUCADORES ACERCA DO FAZER DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA, UM ESTUDO SOB O VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO

Noelma Oliveira Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170513>

### **CAPÍTULO 14..... 131**

#### HENRIQUETA LISBOA & MÁRIO DE ANDRADE: UM DIÁLOGO SOBRE OS “TRÊS POEMAS DA TERRA”

Ilca Vieira de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170514>

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>149</b>
AS CARTOGRAFIAS DA INFÂNCIA EM “AS MARGENS DA ALEGRIA” E “OS CIMOS” DE JOÃO GUIMARÃES ROSA	
Lincoln Felipe Freitas	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170515">https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170515</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>158</b>
ANCESTRALIDADE E RESISTÊNCIA NO ROMANCE <i>A ENXADA E A MULHER QUE VENCEU O PRÓPRIO DESTINO</i> , DE EUCLIDES NETO	
Ana Sayonara Fagundes Britto Marcelo	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170516">https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170516</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>167</b>
O MITO DE ORIGEM DO <i>KENE</i> : CONSIDERAÇÕES SOBRE LINGUAGEM E ARTE	
Heidi Soraia Berg	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170517">https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170517</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>184</b>
SOBRE ONTO-EPISTEMICÍDIO & FOLCLORIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO POVO NEGRO E INDÍGENA NUM LIVRO DE HISTÓRIA DO BRASIL	
Mário Martins Neves Junior	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170518">https://doi.org/10.22533/at.ed.57222170518</a>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>209</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>210</b>

## SOBRE ONTO-EPISTEMICÍDIO & FOLCLORIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO POVO NEGRO E INDÍGENA NUM LIVRO DE HISTÓRIA DO BRASIL

Data de aceite: 02/05/2022

**Mário Martins Neves Junior**

<https://orcid.org/0000-0001-6164-8730>

**RESUMO:** Este texto objetiva apontar como o discurso histórico de um livro da década de 1990 corrobora ao onto-epistemicídio do povo negro e indígena no Brasil desde a colonização. Por onto-epistemicídio compreende-se o apagamento do ser e do saber do sujeito dentro dos mecanismos de funcionamento da colonialidade. A narrativa do livro *Caminhos da Civilização* de Moraes (1998) apresenta um discurso que torna a História desses povos folclorizadas e sem conexão com o hoje. Por meio de uma escrita ambígua, corrobora ao apagamento ao a uma ideologia de subrelevância para o país. Contudo, existe um discurso mais melindroso e até mea-culpa de sua parte pela falta elementos históricos para narrar o período vivido pelo negro e indígena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Onto-epistemicídio. História. Povo negro. Povo indígena.

### 1 | COLONIZAÇÃO, COLONIALIDADE E DISCURSO

Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra  
(Samba-enredo da Mangueira 2019).

Estima-se que, na época da chegada dos portugueses ao que hoje se denomina geopoliticamente como Brasil, havia uma diversidade étnica e linguística dos povos que no continente americano, ou Mundo Novo, habitavam. Segundo Rodrigues (2005; 2013), na época dos primeiros colonizadores portugueses, havia um total de 1,2 mil línguas distribuídas pelo território brasileiro; estimativa essa que foi apresentada em 1992 na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Atualmente, “são faladas no Brasil 181 línguas indígenas. Esse número admite pequena margem de erro para mais ou para menos, devido principalmente à imprecisão, em alguns casos, da distinção entre línguas e dialetos [...]” (RODRIGUES, 2005, p. 35).

Distingue-se 43 famílias linguísticas dentre as quais pode ocorrer a existência de apenas uma língua, uma *língua isolada*. Esse fato é decorrente “de acidentes históricos e, no caso das línguas do Brasil, mais provavelmente do processo colonizador, que exterminou os povos que falavam outras línguas de uma mesma família” (RODRIGUES, 2005, p. 35). Para que uma língua desapareça é necessário que deixe de ser utilizada. São as pessoas ou seus/suas usuários/usuárias que garantem a existência e continuidade de determinada língua. Dessa forma, o genocídio indígena pelo colonizador,

<sup>1</sup> Agradeço à professora Dra. Tânia Rezende do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFG por ter me apresentado o conceito de onto-epistemicídio em sua disciplina no ano de 2018.

ou mesmo o atual, deve ser encarado como um *etnolinguocídio*, onde se assassina os falantes, juntamente sua *memória* e *modus operandi* bem como a língua que coloca em funcionamento sua história e memória. Sem língua não há memória, sem memória não há reconhecimento de povo.

A língua é, portanto, necessária para a existência, pois, ao passo que cria determinada *identidade* ela produz ao mesmo tempo a *diferença*: o outro, o exterior, o forasteiro é importante para construir a identidade de um povo, porque no outro está a marca da diferença, ou daqueles que existem, porém, não somos nós (cf. SILVA, 2011). De acordo com Quijano (2009) e Walsh (2007), as questões de identidades para a época tinham relações diretas com a *colonialidade do poder* em que se estabelece toda uma estrutura pelo colonizador para diferenciar raças, o gênero, a sexualidade, a cultura, além de apagar as diferenças e singularidades entre povos e criar espaços de devida circulação ou de mobilidade, ou seja, papéis sociais a ser desempenhados.

Por isso, tanto o Novo Mundo quanto a África foram importantes para a construção egocêntrica do *eu* europeu durante o período das grandes navegações; isto é, existe um mundo fora daquele em que pessoas carecem de conhecimento ou de traços de civilização sofisticados no olhar do europeu, por isso, são consideradas por ele uma casta inferior e significadas como menos humanas. O processo de desumanização de outros povos pelos europeus foi a desculpa perfeita para se promover barbáries e atrocidades com os mesmos, sem que isso seja digno de culpa ou qualquer dolo à consciência ou mesmo à memória histórica de suas narrativas – tomadas sempre como heroicas; o que justificaria, grosso modo, a escravidão do povo negro e indígena pelos colonizadores. Trata-se, dessa maneira, de uma *colonialidade do ser* por significar a não-existência e a desumanização, ou seja, algo equivalente à negação do *status* de ser humano que se iniciou dentro dos sistemas do colonialismo da escravidão e tratou o povo negro como ‘coisas’ de mercado, objetos coisificados, algo que de certa forma não correu igualmente com os povos indígenas (WALSH, 2007).

É preciso compreender a diferença entre *colonialismo* e *colonialidade*, pois, um não é sinônimo do outro. Segundo Ramón Grosfoguel, em uma entrevista concedida a Montoya e Busso (2012), o ‘colonialismo’ se refere à usurpação da soberania de um povo por outro por meio da dominação político-militar de seu território e população em que se usa uma administração colonial. Isto é, a dominação e administração política, econômica e cultural de um povo por outro. A ‘colonialidade’, entretanto, configura-se como um exercício de poder inaugurado com a expansão colonial da Europa que se iniciou em 1492, em que o conceito de hierarquia *étnico-racial* global atravessa todas as relações sociais, como a *sexualidade*, o *gênero*, o *conhecimento*, a *classe*, a *divisão internacional do trabalho*, a *epistemologia*, a *espiritualidade* etc., que seguem em vigência mesmo depois das administrações coloniais terem sido (quase) erradicados (cf. GROSFOGUEL *et al.* 2012, p. 2; QUIJANO, 2009, p.

73)<sup>2</sup>. A colonialidade, dessa forma, “sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal” (QUIJANO, 2009, p. 73).

Dessa forma, a colonização é compreendida como:

[...] um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos. [...] o discurso do colonizador, enraizado na ideologia do eurocentrismo, justifica e valoriza suas próprias ações visando ao povoamento e à defesa de uma terra conquistada, ao mesmo tempo em que silencia sobre as lutas pela imposição e/ou preservação das identidades. É um discurso que se impõe pela força da escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre sua própria história e sobre a sua própria língua (MARIANI, 2004, p. 23 e 24).

Esta organização europeia em que para a posteridade se utiliza narrativas grafocêntricas – centradas no poder da escrita – apagou as narrativas de outras civilizações que se apropriavam apenas da oralidade para manterem a memória passada de geração em geração, como é o caso dos “povos ágrafos” que habitavam o Brasil ou que foram trazidos pelos navios negreiros basicamente da parte oeste da África. Houve, então, *latu sensu*, uma ampliação discursiva por uma vontade de narrar do europeu à sua visão os Outros e pouco se investiu para ouvi-los. Isto é, a narrativa histórica amparada pelo poder centrado no grafocentrismo torna o narrador o pintor da realidade estática e pronta para ser delineada pelo “dom” ou habilidade de se utilizar o pincel (a própria escrita, neste caso)<sup>3</sup>. A “Monalisa”, neste sentido, nem teve o direito de concordar com o que foi pintado/narrado/inventado, ou se aquela figura tinha semelhanças ou dessemelhanças com a sua própria narrativa. Por isso, tanto os indígenas quanto os negros não tiveram direito de resposta, pois, não puderam nem foram instrumentalizados a “contestar a interpretação portuguesa, uma vez que não sabiam o que estava sendo dito sobre eles, nem tinham como deixar na memória sua interpretação sobre esse desconhecido português, já que sua língua nem tinha escrita” (MARIANI, 2004, p. 29).

Portanto, o genocídio dos povos indígenas e africanos não tratou de dar cabo apenas aos corpos, mas também à memória. Houve um *memoricídio* desses povos durante os trajetos de constituição deste país os quais estabelecem relações diretas com o racismo do povo brasileiro, diferentemente dos judeus na Segunda Guerra aos quais têm

2 Segundo Mbembe (2014, p.32), “os primeiros negros, vítimas de pilhagem transformações em objetos de venda pública, chegam a Portugal em 1444.”

3 Sabe-se que os recursos tipográficos podem ser arbitrariamente empregados por autores/as dos textos, por vezes, produzindo ambiguidades entre aquilo que o/a autor/a discorda entre aquilo que de fato enfatiza. Por isso, pelo perigo de reiterar concepções ou ideologias perigosas, leia-se ao longo do texto as aspas duplas (“...”) como marcadores de *ironia* para os termos específicos que elas trazem ou para se referir ao discurso de outros autores *ipsis litteris*. O *itálico*, no entanto, funciona como um recurso textual adotado para *enfatizar* o que está sendo dito da mesma forma que o uso das aspas simples (‘...’) ao longo deste texto, em que ora posso usar um ora o outro.

monumentos, biografias e as demais formas discursivas para não se esquecer o horror do holocausto. É provável que nos compadeçamos e passemos por momentos de catarse aristotélica pelas narrativas do holocausto – expressas em diversos gêneros: narrativo, biográfico, filmográfico... – do que sintamos horror da nossa própria História, dos horrores vividos por nossa ancestralidade *escravizada* e *escravaquista*, fato este que está diretamente conectado com a colonialidade do ser, do poder e do saber.

Ao meu ver, deve-se a isso, o mito da democracia racial neste país que produz em si mesmo a ideologia perversa de anular ou cortar laços de nossa ancestralidade constituinte; sem este laço não há dor, lamento nem *mea culpa*, porque, em pleno vigor do mito da democracia racial, produz-se sujeitos que não “têm culpa de nada” nem precisam recontextualizar sua vida atual como oriunda desse passado histórico; trata-se, então, de uma ideologia perversa que fulgura falaciosamente uma perfeita harmonia. Assim, no Brasil, não houve tamanha preocupação dentro de uma ideologia de colônia de exploração-genocida, onde se explorou os recursos naturais e os humanos, ou os recursos dos menos humanos – seu corpo enquanto entidade física e também linguística – para construir e assegurar toda uma estrutura discursiva culminante numa ideologia superioridade das metrópoles europeias reproduzida, através da economia, das artes, da cultura e de todos os processos de significação humana.

Dessa maneira, não é difícil concluir que, na lógica eurocêntrica, quem estava fazendo história eram os europeus, o resto era apenas a *matéria bruta, mão-de-obra, pau-para-toda-obra*, para construírem suas “obras primas”: as narrativas do *Outro* como seres inferiores e descivilizados. Esse discurso, dessa maneira, performa a criação sobre corpos que precisam ser domesticados, docilizados e controlados por serem “rebeldes” contra os desmandos do colono ou do seu senhor. Portanto, a memória do europeu aparada pelo sistema de escrita ou como uma tecnologia da comunicação da época é performativa porque, seguindo Austin (1972), todo dizer é ao mesmo tempo um fazer. Isto é, ao dizer sobre os habitantes do Novo Mundo criava-se narrativas históricas sobre a visão do europeu a respeito desses povos, reiterando os pressupostos de superioridade. Com isso, a História em si não se trata de uma *descrição* de uma realidade, porque não há a necessidade da garantia da existência do referente. O discurso narrativo histórica não aponta determinada realidade, mas, subsidiado por condições pragmáticas da enunciação – *quem fala, onde fala, como fala, para quem fala...* –, permite a *corporificação* da narrativa de determinada realidade. Isto é, independente do seu valor de verdade, ele performa a materialização de algo no [novo] mundo, com efeitos imprevisíveis e imensuráveis.

Dessa maneira a especificidade do discurso de autoridade [as narrativas dos colonos bem como dos/as historiadores/as, neste caso,] reside no fato de que não basta que ele seja *compreendido* (em alguns casos, ele pode inclusive não ser compreendido sem perder seu poder), é preciso que ele seja *reconhecido* enquanto tal para que possa exercer seu efeito próprio (BOURDIEU, 1996, p. 91. *Grifos do autor*). Com isso, seria pouco

possível duvidar de discursos de homens brancos, com o poder da escrita, com tinta e papel na mão dentro de uma pluralidade discursiva de narrativas amplamente polifônicas e perspicazmente cegas e mudas às próprias atrocidades com outras civilizações; a tinta que desenhava no papel a narrativa do colono era a mesma que emudecia a perspectiva dos povos escravizados. Não se trata de povos que não falavam, mas, certamente justifica-se pelo fato de não haver ouvidos interessados e mãos habilidosas para delinear a fala dos subalternizados num papel. Isso se deve ao fato de que “o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos do outro. Outro que envolve não só o seu destinatário para quem planeja, ajusta sua fala [...], mas que também envolve outros discursos historicamente já constituídos e que emergem na sua fala [...]” (BRANDÃO, 2002, p.49).



Imagem 1: Mulher negra escravizada: Anastácia de Jacques Etienne Arago do século XIX.

Dessa maneira, o discurso das narrativas históricas, ou mesmo a História, como área de conhecimento e Disciplina, “não é a soma de tudo que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa; não é nem mesmo o conjunto de tudo que pode ser aceito, a propósito de um mesmo dado, em virtude de um princípio de coerência ou de sistematicidade.” (FOUCAULT, 2006, p. 31). Parafrazeando Grada Kilomba (2010, p. 28), não é que não [tenham] falado, mas suas vozes [...] [tinham] sido sistematicamente desqualificadas como vozes [dignas de História]”. Neste sentido, a máscara de Anastácia da figura 1 aponta diretamente para o silenciamento dos subalternos. Segundo Kilomba (2010), a máscara representa a impossibilidade de fala (*the mask of speechlessness*) utilizada para evitar que pessoas escravizadas comessem das plantações de cana-de-açúcar durante o trabalho, mas também implementar a impossibilidade de fala e o medo uma vez que “a boca é um órgão especial que simboliza a fala e a enunciação. Com o racismo, ela se torna o órgão da opressão por excelência; ela representa o órgão que *os brancos* querem – e necessitam – controlar” (p. 16. *Grifos da autora*).

Contudo, é preciso apontar o caso extraordinário e de extrema relevância de Felipe Guaman Poma de Ayala que, segundo Mary Louis Pratt (1991), escreveu um manuscrito em 1603 de quéchua e espanhol na cidade de Cuzco no Peru, o qual foi descoberto numa

biblioteca em 1904 por um estudioso sobre o Peru em Copenhague, na Dinamarca. Em seu manuscrito, além de escrever para o rei da Espanha sobre sua visão cristã indigenizada, contudo, colonizada, ao ponto de colocar os indígenas como descendentes de Noé, ele também expressou os seus desconfortos com o processo da colonização denunciando abusos e exploração ao que Pratt (1991) chamou de uma *autoetnografia* por ser escrito em resposta a ou em estabelecendo diálogos com outras narrativas etnográficas dos colonizadores.

Ele produziu um contra-discurso, na perspectiva de Foucault (2006b), ou discurso reverso de característica de ressignificação, uma vez que um “enunciado e um discurso não têm sentido definido para sempre: o sentido varia conforme as funções estratégicas que eles preenchem” (ERIBON, 1998, p. 378) e, ainda porque “[o] discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 2006b, p. 112). Neste sentido, o contra-discurso narrado na parte intitulada *Buen gobierno y justicia*, Guaman Poma descreveu sobre o genocídio da população dos Andes, além de afirmar que as Índias deveriam ser administradas em colação entre a elite espanhola e o povo Inca. Entretanto, a autora salienta que o texto de Guaman Poma nunca chegou no destinatário, o rei da Espanha, possivelmente devido à *colonialidade do saber* que, segundo Walsh (2007, p. 29), é “a negação de outras formas de produção de conhecimento que não sejam brancas, europeias y ‘científicas’ [... bem como] a autoridade que esta hegemonia tem em determinar o que é conhecimento e quem são as pessoas que o produzem.” Seria, assim, o manuscrito de Guaman Poma um texto autorizado de chegar às mãos e ser lido pelo rei? Contudo, Guaman Poma utilizou-se também do gênero pictórico para pedido de intervenção do rei como expressa os maus-tratos sofridos pelo povo andino na figura 2:



Fig. 3. Corregidor de minas. Catalog of Spanish abuses of indigenous labor force.

Imagem 2 – retirada do texto *Arts of the Contact Zone* de Pratt (1991, p. 36) extraída do manuscrito de Guaman Poma.

Diante de toda esta narrativa contra-discursiva que envolve o discurso colonial e de colonialidade em si, este artigo tem por objetivo investigar a narrativa de um livro de História distribuído a partir de 1998 para o ensino médio, observando elementos discursivos e performativos sobre os negros escravizados bem como os povos indígenas uma vez que segundo Rosemberg (2003), os livros da década de 1990 apresentavam conteúdos racistas e partilhavam da ‘cristalização’ dessas ideologias. Considero, assim, que:

“[o]s discursos nos textos didáticos também têm sido analisados, sobretudo para identificar a manutenção de estereótipos sobre grupos étnicos. No caso das populações indígenas, os educadores e antropólogos têm-se preocupado com a permanência de visões deformadoras e incompletas sobre esses povos. [...] As populações indígenas surgem nos livros didáticos nos capítulos iniciais, quando da chegada dos europeus e para justificar a importação de mão de obra escrava africana [...]. (BITTENCOURT, 2011, p. 306).

O livro que usamos como corpus foi escrito pelo historiador José Geraldo Vinci de Moraes e publicado sob o título de *Caminho das civilizações. História Integrada Geral e Brasil* (Doravante, CDC). Para isso, foi analisado os gêneros textuais em sua forma tipográfica bem como pictórica tendo como referencial as seguintes perguntas: a) De que maneira os povos são apresentados, narrados e construídos no livro? b) De que maneira a narrativa em si se situa diante dos eventos históricos narrados? c) Quais são os elementos contra-discursivos, contra-coloniais ou decoloniais apontados? Em linhas gerais, a pesquisa quis saber se o livro reitera a lógica eurocêntrica de colonialidade, ou se, apresenta uma narrativa que contribui para a não naturalização da realidade social dos povos indígenas que aqui habitavam bem como dos negros arrancados de suas comunidades e localidades africanas.

## 2 | UMA VISÃO GERAL DA ANÁLISE

Para obter maiores informações sobre a distribuição do livro CDC, decidi enviar um e-mail à sua editora, Editora Atual. A editora respondeu que infelizmente não tem dados de livros que não estão mais no mercado, pois, atualmente ela tem apenas os registros das obras atualizadas. Contudo, é necessário salientar que o livro esteve em circulação no mercado no país. Eu preferi trabalhar com um livro da década de 90 por ela ambientar o momento em que eu estudei o ensino fundamental. Hoje os/as alunos/as daquela época são adultos, possíveis professores, pais que podem de alguma maneira estar mantendo ou contribuindo à iteração dos discursos através da construção de suas subjetividades na época e corroborando à construção de outras.

Por isso, foi preferível um livro que estivesse dentre das exigências da época, uma vez que já sabemos que, com a lei 11.645 de 10 de março de 2008, em que o artigo 26-A tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, público e privado. Essa lei alterou a

lei de diretrizes e bases da educação de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no que tange os princípios e fins da educação nacional. Primeiramente, ela foi modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 em que foi estabelecido as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira (Cf. BRASIL, 2019a). Contudo, a lei de 2003 acrescentava o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, mas não incluía a questão indígena. Por isso, felizmente sofreu novamente alteração para a lei sancionada em 2008:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (BRASIL, 2019b).

Com a promulgação dessas leis somente a partir de 2003, o ato performativo que instaura ou que efetiva a nova obrigatoriedade de ensino opera tanto com o futuro da produção de livro a partir dali e também com o passado evidenciando ou performando uma *não-obrigatoriedade* nos anos precedentes à lei. A lei de 2003 acarreta desdobramentos e pressupõe a inexistência da obrigatoriedade de se trabalhar a História da maneira como é posta. Esse fato se torna importante para sabermos que o livro CDC é anterior ao discurso decolonial, a lei em si, para trabalhar diretamente questões indígenas e do povo negro bem como a História da África.

### 3 | DISCURSOS ÉTNICO-RACIAIS EM LIVROS DE HISTÓRIA DO BRASIL DE SUBALTERNIDADE E APAGAMENTO

Segundo Rocha e Caimi (2014), a organização curricular do ensino de História precisa levar em consideração a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985 e ampliado por uma política de institucionalização em 1990 no cenário brasileiro, mas que a política de materiais escolares, de fato, se iniciou em 1929 com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Contudo, como veremos a seguir, o ensino de História no século XX tendeu a uma visão mais *naturalizante*, por isso, racista, das questões étnico-raciais e dos processos que envolveram a colonização no Brasil. Como demonstra Conceição (2017, p. 41), Joaquim Silva em seu livro publicado em 1950 intitulado *História do Brasil*, afirma que “[...] na África, entretanto, desde tempos imemoriais continuava a haver escravos: os régulos do continente negro estabeleciam a escravidão militar e não era difícil obter deles a venda de prisioneiros”.

A ideologia racial de que a escravidão já existia dentro do continente africano também está presente no livro de Borges Hermida, intitulado de *Compêndio da História do Brasil de 1969*: “[...] para a agricultura, porém, tiveram os portugueses de recorrer à escravidão africana, pois *os negros já viviam na África na condição de escravos e eram*

*mais resistentes que os índios*” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 41. Grifos da autora).

Portanto, as narrativas que nos são apresentadas performam, isto é, realizam a criação de uma África pré-europeia em que a escravidão já era um processo comum ou natural de seu lugar fazendo parte do *modus operandi* daqueles povos. Estes atos performativos retiram do europeu qualquer responsabilidade ou ônus histórico pela invenção de um processo de escravidão ou de sujeição de negros e indígenas a ele. Isto é, coloca o colonizador num plano confortável e sem dolo à própria consciência, pois, de principais instauradores de um processo escravagista no Novo Mundo, passam a ser significados e, por isso, reconhecidos como meros continuadores de um processo pelo qual os negros africanos “já estavam habituados”. Na concepção desses autores, a culpa do processo, então, se deve aos próprios africanos, os europeus seriam, assim, apenas beneficiadores de um sistema político-social previamente: uma estratégia discursiva de culpabilização da vítima.

Não obstante, outras obras brasileiras em História do século XX eram ainda mais enfáticas e menos eufêmicas na criação de um ideal negro ou de uma invenção da África e da América. Vale, assim, ressaltar três passagens apresentadas por Conceição (2017) que justificam a importância da escravidão aos ideais de Portugal por considerar os brancos mais inaptos às determinadas condições que o sistema colonial imporia:

Portugal foi quem iniciou, em meados do século XV, a escravidão moderna, e foi quem mais desenvolveu o tráfico negreiro. *Assim era óbvio que, no empreender a colonização do Brasil, recorresse ao eficaz auxílio do braço negro*, por não se achar o branco afeito aos rigores da canícula intertropical e ser em número pouco elevado (Magalhães, 1958, p. 44, *História do Brasil* apud CONCEIÇÃO, 2017, p 41. Grifos da autora).

[...] a chegada dos infelizes africanos ao Brasil era por eles desejada como termo aos horrorosos padecimentos a que eram sujeitos na viagem. A escravidão os aguardava; mas os novos senhores seriam menos desumanos que os da África ou dos tumbeiros; infelizmente, entretanto, não foram raros os que por sua crueldade se assinalavam. (SILVA, 1950, p. 86, *História do Brasil* apud CONCEIÇÃO, 2017, p 41 e 42. Grifos da autora).

grifo nosso)

[...] o ameríndio, porém, acostumado à liberdade e vivendo principalmente da caça, da pesca e da simples coleta, portanto não habituado à agricultura, não produziu o necessário, chegando mesmo em grande número a morrer no cativeiro [...]. Tiveram, pois, os colonos de recorrer à escravização dos negros africanos. [...] (TAPAJÓS, 1960, p. 68, *Compêndio da História do Brasil* CONCEIÇÃO, 2017, p 42. Grifos da autora).

Trata-se, assim, de narrativas ideologicamente racistas, por reiterar a *colonialidade do saber*, pois, não trazem vestígios de relatos de africanos pré-europa; *colonialidade do poder*, porque agem conforme a institucionalização de um sistema racial danoso ao negro e também ao indígena e também a *colonialidade do ser*, por se tratar na desumanização do negro, tribalizá-lo e coisficá-lo dentro do sistema patriarcal como peça *sine qua non*

para o sistema escravagista da época. São essas ideologias, esses discursos, esses atos performativos instauradores de realidade, que ‘propagaram’ nas escolas brasileiras e que podem justificar as formas de racismo do Brasil atual uma vez que as pessoas que tiveram contato com essas narrativas históricas foram *instrumentalizadas* a perfazer um percurso de ideologia danosa tanto aos negros quanto aos índios, em suas constituições de sujeito.

Segundo aponta Fernandes (2017), José E. C. de Sá e Benevides atuou como professor de História em São Paulo entre os anos de 1880 e 1914. E, para esse ensino, publicou três obras – a saber, *Lições de História da Civilização* (1903); *Lições de História do Brasil* (3ª edição, 1912); *Resumo de História do Brasil* (7ª edição, 1911). (2017, p. 11. Grifos da autora) – que tinham como finalidade “facilitar o trabalho daqueles que iniciam a sua carreira de estudos’, com o desígnio de ‘formar mais tarde um volume’ para uso de seus discípulos, com o qual poderiam adquirir noções gerais para consolidar seus conhecimentos” (apud FERNANDES, 2017, p. 10).

Essas obras são importantes por este autor figurar-se como um dos pioneiros da publicação didática em História no país. Isto é, os livros se tornam locais de referência, ou um conjunto de *lócus de enunciação discursiva forte e imperante*, pelas instâncias pragmáticas da enunciação: ‘quem faz’, ‘quando faz’, ‘por que faz’, ‘como faz’, ‘qual classe tem acesso’ etc. Com isso, identifica-se que as obras de Benevides tinham um apelo muito grande à naturalização da escravidão/colonização por que ele considerou, através de parâmetros biologicistas e racializantes, que “as variedades físicas entre os homens e as diferenças entre as ‘raças’, que eram decisivas para construção ou não de sociedades civilizadas” (FERNANDES, 2007, p. 21). Pensava como outros autores da época de transição do século XIX para o XX que os valores atribuídos às raças dependiam de sua própria ação transformadora na história em que compreendia os empreendimentos civilizatórios dentro da perspectiva europeia, porque acreditava que a raça branca era a “raça histórica” e de “feitos civilizatórios” por si mesma (FERNANDES, 2007). Em parte de sua narrativa Benevides afirmou:

[...] Assim, a raça negra nunca logrou constituir nenhuma grande civilização; e por outro lado somente os povos de raça branca conseguiram elevar-se até à concepção da verdadeira sciencia. Das raças humanas, (...) nem todas têm importância do ponto de vista histórico: assim, a raça negra ainda não conseguiu elaborar nenhuma civilização digna de menção; a vermelha vai extinguir-se, sem que haja produzido mais de que as isoladas civilizações incas e astecas, no Peru e no México; a amarela, que constitui a Ásia Oriental uma nação importante, a China (...); a raça branca, pelo contrário, essa é a que tem elaborado a série mais completa e duradoura das civilizações, e por isso é também aquela que mais importância histórica oferece. [...] [É] a branca a raça histórica por excelência: forneceu os povos que tem sido e ainda são os mais ativos operários da civilização. (BENEVIDES apud FERNANDES, 2007, p. 22).

O empenho colonialista de Benevides em enfatizar a criação de raças para, em

seguida, hierarquizá-las à lógica eurocêntrica e justificar, através de uma narrativa histórica, compreendida erroneamente mais como o apontamento de fatos e menos como uma criação de um artefato humano, opera ordenamentos indexicais, isto é, indicializa o requerimento de uma supremacia branca sobre as outras formas de identidades criadas e violentadas na colonização. É o discurso ideal para justificar a violência dos colonizadores sobre os colonizados e/ou escravizados: considerar os negros e ameríndios que não compunham alguma forma de civilização funciona simplesmente para criar o que é civilização fidedigna, pois, no momento que um ato enunciativo diz que algo não é x, ele pode estar dizendo aquilo que x é de fato, ou seja, há na negação uma afirmação mascarada.

Neste sentido, essas obras ajudam com veemência a facilitar o ensino de uma História racialmente de domínio do branco e difundem através dos desdobramentos discursivos o racismo na nação a partir de uma instituição autorizada a “apontar a verdade”: a escola. Tem-se, assim, o racismo, instituído, neste país por uma via, não a única, e performando reverberações em outras instâncias de enunciação ou agências do sujeito: ‘a medicina’, ‘o direito’, ‘à psicologia com seus regimes manicomial’, ‘às piadas na porta do boteco’, ‘à leveza ou à brutalidade do tratamento policial’, ‘à posição hierarquizada nas classes’, ‘aos acessos e mobilidades dos corpos racializados’, isto é, o processo comum de interpelação do corpo aos nomes que o corporificam por louvor ou praguejamento. Pensar numa pragmática sobre a mobilidade dos corpos é se impor, por meio daquilo que jaz nas entrelinhas – nas brechas discursivas –, a escancarar o ordenamento indexical de seu funcionamento convenientemente naturalizado: *de que se alimenta, como morrem, quem os mata, por onde (não) se movem, como (não) se movem, onde (não) habitam, em qual quantidade, por quanto tempo, em quais distritos, sob quais restrições, sob quais exceções, sob quais regimes de vigilância* etc. Enfim, não há fim para a organização discursiva de corporificação pragmática dos sujeitos. O ponto final não finaliza esses sintagmas, ele apenas reduz seu campo pragmático.

Contudo, nota-se, ainda, que os autores anteriormente aqui apresentados por Conceição (2017), têm suas obras publicadas posteriormente às obras de Benevides, por terem sido publicadas depois de 1950. Elas performam a ampliação atmosférica exponencial dos discursos racistas e memoricistas no país sobre a História do povo negro e indígena. Segundo, Mbembe (2014, p. 26. Grifos do autor), é aquilo que “apazigua odiando, isto é, constituindo o Outro não como *semelhante a si mesmo*, mas como objeto intrinsecamente ameaçador do qual é preciso proteger-se, desfazer-se ou que, simplesmente, é preciso destruir devido a não conseguir assegurar o seu controle total”.

Com isso, não se tem controle sobre como esses discursos continuam desenfreadamente a ser reiterados dentro das instâncias que participamos como sujeito ou mesmo se é possível encontrar uma forma distinta de barrá-los: a leis? Os livros da década de 1950, dessa forma, atualizam, contextualizam e entextualizam em suas narrativas obras como a de Benevides do início do século XX e contribuem perniciosamente para

a estruturação do racismo no país tal como temos ainda hoje. Isso porque a estruturação de dizeres ou de discursos acontece não porque é dito uma vez por um determinado enunciado. Mas, é necessário que o discurso, o ato de dizer, seja reiterado dentro dos outros contextos enunciativos (cf. DERRIDA, 1991), que sejam contextualizados, entextualizados e retextualizados (cf. FABRÍCIO, 2017) e, de certa maneira, os atos sempre pressupõem ou reivindicam outros anteriores e acarretam em outros acontecimentos dentro do que se compreende sobre indexicalidade (cf. SILVERSTEIN, 2003).

Tem-se, assim, pela colonialidade do saber, a história dos negros e indígenas sempre sendo narradas e entextualizadas por homens do saber que pela própria História dos/as brasileiros/as bem como os registros do IBGE *arrisco-me* a suspeitar que, esses autores do século XIX e XX, são brancos e descendentes diretos ou não do patriarcado colonial, dos senhores escravagistas genocidas porque não tem como dissociar o direito do saber do direito de poder e quem sempre dominou o saber foi o homem branco que ocupou as primeiras escolas neste país e foi criador e dono das primeiras cátedras: *é uma História do povo negro e indígena narrada por homens intelectuais brancos, herdeiros de um discurso colonial performado pelos ancestrais, latifundiários, senhores torturadores e donos de escravos*. Por isso, temos livros com discursos eurocêntricos atualizantes ou reivindicadores de um passado lucrativo e rentável que os próprios historiadores viveram, ouviram ou tiveram acesso têm consigo uma ancestralidade discursiva. Portanto, a condição enunciativa de que narra a história, é primordial para entender o enquadre dos textos. Reticamente, então, questiono-me como é organizada a *ancestralidade discursiva*, isto é, as fontes do livro CDC que no próximo tópico será analisado; ou, ainda, quais foram as bases históricas pelo autor referenciadas para produzir seu discurso *de, pela, e em* História.

Deve-se, então, tomar a narrativa histórica dos livros como um discurso em que está, de alguma forma, produzindo a verdade, ou tipos de verdade, se assim se pode dizer. O enunciativo – o autor do livro – se corporifica como um sujeito autorizado de poder, de poder-saber e de verdade, dentro de uma rede em que os discursos se constroem. Por isso, quando se depara com o livro de História cria-se a falsa impressão de uma verdade referencial, dêitica no sentido de apontar para determinado referente existente no passado, o que poderia dar o aspecto do historiador de um comum narrador, ou locutor de um acontecimento. Mas, pelas próprias circunstâncias pragmáticas da enunciação, todo sujeito materializado como historiador, isto é, aquele que faz uso do lugar de fala como algo que narra a História e com isso se apropria de uma concepção ideológica de ‘fatos’, é um coautor da História em si, que não existe *aprioristicamente* de sua ‘delação’, de sua ‘vontade narrativa’, ‘de seu ideal como autor’; é um inventor, mas não de uma obra fictícia; está possivelmente em prosa, mas não é romance. É um criador através de textos ou artefatos consagrados, autorizados e considerados próprios a produção discursiva em si.

A História não é um objeto ou um enredo à espera de um narrador, isto é, não está em nenhuma circunstância pronta nos documentos ou artefatos históricos. Trata-se, por

outro lado, de uma construção discursiva por meio de uma narrativa, performativa, através dos artefatos históricos dos sítios em que foram encontrados ou construídos (o documento de abolição; uma carta ao rei de Portugal) feita por um sujeito legítimo e com poder para tal. Os artefatos em si não são corporificados como pertencentes à História antes do momento em que são tomados como documentos ou objetos históricos tal como vemos com os textos considerados apócrifos; artefatos apócrifos servem para tornar outros artefatos legítimos nas disputas discursivas pelo poder que são ideologicamente enviesadas. Portanto:

A pesquisa histórica é um processo de interpretação de fenômenos históricos, tendo como base um referencial que lhe dê sustentação; portanto, tal tarefa impõe ao pesquisador a incumbência de fundamentar seu marco teórico a partir de observações e interpretações de uma dada “realidade”, além de considerar e lançar mão de teorias já construídas anteriormente (LIMA, 2013, p. 233. Grifos do autor).

A narrativa histórica é, por si mesma, o resultado de um labor para se criar artefatos humanos para que sejam produzidas verdades em contiguidade com a produção de identidades, de espaços, de corporificação tanto do sujeito quanto dos espaços que ele ocupa. O discurso histórico performa a criação de formas de existência e de espaços sem que o referente seja obviamente garantido pelos atos performativos que o interpelam, sem que seja necessário a confirmação física já que outros artefatos humanos – a escrita, o apelo ao grafocentrismo como dos materiais históricos, os documentos originais produzindo contiguamente histórias originais – são totalmente construídas pelas diversas forma de uma ‘parafernália discursiva’ que os sujeitos lançam mão em suas relações sociais. Por isso,

[o] discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo se manifestado e intercambiado seu sentido podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2006 p. 49, grifo nosso).

O livro didático não é em nenhum momento neutro e nem produz um discurso objetivo, isento de interpelações porque um discurso de tal maneira não é mesmo possível; o livro é o resultado intersubjetivo do discurso já que a História é a narrativa onde a ‘polifonia’ (uma voz que evoca/recontextualiza outras vozes) é inquestionável, pois, não há discursos que sejam isolados em si mesmos. Dessa maneira, o livro didático se torna um lócus discursivo de produção de “verdades” porque a escola é uma instituição amplamente inserida dentro do discurso científico o qual promove e dissemina teses que são referenciais, mesmo que o referente não tenha jamais a garantia de uma natureza física, papável, contudo, torna-se um referente materializado e materializável, além de estar inserido dentro das situações e recursos de discursividade dos sujeitos. Isso culmina, então, na conclusão imprecisa de que um sujeito diante de um livro de História está diante de “um baú de discursos materialmente verdadeiros”, porque as enunciações e instancias performativas do ato produzem o efeito

de verdade. Dessa forma, o livro com sua narrativa se torna um local perigoso, porque pode vir a ser um promulgador de colonialidade do poder, porque dociliza, disciplina e instrumentaliza os corpos dos sujeitos dentro das estruturas do poder patriarcal.

## 4 | O LIVRO *CAMINHO DAS CIVILIZAÇÕES* DE JOSÉ GERALDO VINCI DE MORAES

A unidade VI deste livro está voltada para os aspectos históricos da colonização na América e tem como título central “Colonização do Novo Mundo”. Possui cinco capítulos com subtópicos trabalhados. O capítulo 21 é denominado “Colonização da América” e apresenta os seguintes subtópicos: *A política mercantilista; Os primeiros contatos na América; A conquista; A formação do Império Colonial na América; A colonização espanhola; A revolução dos preços; A colonização inglesa; As colonizações francesa e holandesa.* O capítulo 22 é denominado por Moraes (1998) de “Os primeiros habitantes do Brasil” e possui os seguintes subtópicos: *Os primeiros contatos; A diversidade cultural; As relações entre brancos e índios.* O capítulo 23 tem como título “A economia colonial” e como subtópicos: *A exploração do pau-brasil; a produção da cana-de-açúcar; A mão-de-obra escrava; A dinâmica da economia açucareira; Diversificação econômica e expansão da colonização; A localização e o início da exploração do ouro; O ouro e a integração econômica da colônia; O controle da extração; apogeu e decadência da produção do ouro; o fim da mineração e o retorno das atividades agrícolas; Uma rápida discussão historiográfica.* O capítulo 24 recebe o nome de “A ordem política da colônia” e tem os seguintes subtítulos: *O poder descentralizado: As capitânicas hereditárias e O poder local: As Câmaras Municipais; A centralização do poder: Os governos-gerais; Brasil é de Portugal ou da Espanha? A união das coroas ibéricas (1580-1640) O domínio metropolitano: as companhias comerciais e o Conselho Ultramarino; O ouro e o poder na colônia; A desestabilização do poder: as revoltas contra a metrópole; As revoltas no Norte e no Nordeste; As revoltas no Sudeste; O movimento de libertação colonial; A inconfidência Mineira; A inconfidência Baiana.* O capítulo 25 recebe o nome de “A sociedade no Brasil colonial” e tem os seguintes subcapítulos incluídos: *A sociedade colonial: Sociedade patriarcal e Estado patrimonial; A escravidão: A escravidão do negro africano; A diversidade cultural dos negros no Brasil; As resistências; Para além de senhores e escravos: Homens livres e mestiços.* Em geral, todos os capítulos incluem algumas páginas adicionais com atividades denominadas de “Trabalho com Texto” em que apresentam textos documentais para serem analisados e, em alguns, Moraes (1998) sugere filmes e questões de vestibulares sobre o tema.

Contudo, através dos títulos, podemos concluir que a narrativa de Moraes (1998), em geral, percorre um caminho em que produz mais apelo sobre questões econômicas e políticas da constituição do Brasil com a colonização uma vez que o capítulo 22, que trata sobre “Os primeiros habitantes do Brasil”, possui apenas quatro páginas de narrativa

histórica, ao passo que o capítulo 23 sobre “A economia colonial” possui onze páginas e o capítulo 24 (A ordem política da colônia) possui nove. Esses números devem ser compreendidos como índices para o que se quer falar, o que se pode narrar, historicizar dentro dos fatos históricos constitutivos deste país. Trata-se do que se quer falar ou falar primeiro e do tanto que se dispêndia para determinados assuntos (cf. PRATT, 1991).

Conclui-se que a política e a economia sempre foram fatores com maior dimensão e peso histórico do que a História dos povos da América que desaparece depois deste parco tratamento da unidade V no livro de Moraes (1998), pois as outras unidades vão tratar de questões modernas do mundo sem levar em consideração a (re)existência desses povos. O povo negro, da mesma maneira, aparece nas partes que denotam da escravidão à abolição. Em seguida é sufocado pela narrativa que trata de outros assuntos do país sem observar a questão afro. Observa-se, desta maneira, que a narrativa possui caráter ‘onto-epistemicida’ em relação aos povos indígenas e os povos negros perpetuando a falsa e indigna impressão de integração plena nos sistemas político-econômicos e reiterando pelo *não-dito*, ou seja, por aquilo que não se fala na narrativa do livro, a falácia da democracia racial no Brasil.

Com essa articulação na narrativa histórica tanto o negro quanto o índio são construídos dentro do “complexo de Tia Anastácia” em que, segundo Sales Jr. (2006, p. 230-231. Grifos do autor), “a pessoa negra aparece ‘*como se fosse da família*’ ou como sendo ‘*quase da família*’. A proximidade social quase nunca transpõe o limite do ‘como se’ ou do ‘quase’”. Nesta análise, negros e indígenas são corporificados neste onto-epistemicídio – em que se apaga o *ser*, o *saber* e, por isso, o *eu* – nesta narrativa histórica *como se* fossem importantes para a História do Brasil ou *quase* dignos de escrutínio de complexa historiografia: figuram-se à beira, à margem, são fixados nas beiradas, empurrados para os barrancos na narrativa em História e também na vida real, pois, são essas narrativas atos performativos de constituição dos sujeitos. São colocados mais como adereço ou ornamento; fazem parte, mas não são o centro em nenhum momento; participam da cena, mas são figurantes; são inscritos na descrição, mas pulverizados nos predicados, salpicados nas reticências; fala-se das diferenças entre os povos e etnias, mas são referenciados pelo conjunto geral, por um dêitico comum: *eles*; mesmo que *eles* signifique muita discrepância, divergências e falta de afinidades reconhecidas pelo historiador. Mas, o que o discurso histórico reforça é a oposição da anti-identidade indígena e negra (colonizada/escravizada) à identidade do colonizador: é um *negrocídio* e *indigenicídio* histórico incidental, em que poderia ser evitado, mas não o fizeram; um grupo de pessoas sem “Fé”, sem “Lei”, sem “Rei”, selvagilizados e tribalizados corre o risco de não *escrever* história alguma. Mesmo que a desculpa de um historiador seja a metodologia histórica, pela ausência de artefatos para melhores detalhes, pela falta de vontade em tê-los ouvido, poderíamos dizer que a metodologia em História privilegia determinados tipos de saberes e seres e promovem determinado *eu*-rocêntrico, pois, se tem o grafocentrismo como base legítima para atestar

documentalidade destrói toda uma cadeia de saberes fundada na oralidade, no exercício da boca, no discurso contra-papel, sem tipos e tipografias, sem grafemas, sem essa parafernália tecnológica toda e contra regimes de legitimidade grafocêntrico.

## 5 | A NARRATIVA SEMIÓTICA DO PERÍODO COLONIAL: A FOLCLORIZAÇÃO DO POVO NEGRO E INDÍGENA

Toda e qualquer imagem colocada nos espaços dos textos é compreendida aqui como uma forma de compor a enunciação do discurso, de combinar gêneros diferentes, isto é, narrativas diferentes e produzir determinado discurso. A pintura, a fotografia, a gravura são formas de textos bastante utilizadas nos textos de História. Se compreendemos que todo dizer é um fazer (AUSTIN, 1976), compreendemos que toda imagem também carrega o potencial performativo de fazer algo no mundo. Partindo deste ponto, o livro de Moraes (1998) traz quarenta imagens nos cinco capítulos que compõem a unidade V. São mapas, obras famosas, uma fotografia e desenhos para o próprio livro que da mesma forma que sua narrativa tipográfica, produz uma narrativa de referencialidade do real pelas instâncias de legitimidade das figuras: encontra-se no livro, referendadas por um historiador, obras de pessoas que viveram aqui naquela época etc. Por isso, não são figuras dissociadas dos textos porque elas mesmas são partes textuais da narrativa dos capítulos. Podem parecer dissociadas, mas estão mal-contextualizadas por não relacionarem diretamente a algum trecho específico da narrativa, por não seguirem depois de dois pontos (:) que explicitariam a continuidade da narrativa com a imagem:



Imagem 4: (MORAES, 1998, p. 189): “A vida dos escravos no Brasil era marcada pela violência, como revela este desenho de Debret.”

Da esquerda para direita: Imagem 1 (MORAES, 1998, p. 175): “Esta gravura do século XVI mostra a morte do chefe asteca Montezuma no lago Texcoco.”; Imagem 2 (MORAES, 1998, p. 189): não há qualquer menção a este desenho de uma mulher escravizada campesina com uma máscara tapando sua face; Imagem 3 (MORAES, 1998, p. 181): “Índio Tarairiu, em pintura do holandês Albert Eckhout.”

Essas duas figuras são exemplos trazidos no livro CDC. As duas primeiras em dois capítulos diferentes visto do que elas estão abordando. A figura 4 está na narrativa cruel

de “A conquista” espanhola no capítulo 21. Nesta parte existe um dizer veemente contra o pensamento europeu das barbáries que na América cometeram: [os europeus] procuravam mostrar suas campanhas como ‘civilizadoras’, ‘positivas’ e, sobretudo, ‘vitoriosas’. [...] a conquista foi o passo inicial que teria continuidade através do também violento processo de colonização” (MOARES, 1998, p. 175. Grifos do autor).

Contudo, as figuras são pouco exploradas e contextualizadas dentro dos processos de significação tendo função meramente alegórica. A pintura de Debret, juntamente com a figura 5 e 6 não têm nenhuma relação direta com o texto ou qualquer denotação no discurso de Moraes (1998). Promove um intertexto, ou mesmo a *naturalização* das selvagerias da escravidão empunhadas pelos escravagistas europeus; uma mulher trabalhando com a cara vendada, ou sem rosto promove uma casualidade, uma naturalização por tratá-la como alegoria, um enfeite para o texto em si; o índio em pé com suas lanças, penas, descalços e com a genitália à mostra, nada mais “exótico”. Há, assim, que se preocupar com a beleza estética das obras, para que elas não ofusquem a dor daquilo que narram. A alegoria sem qualquer enunciado problematizador incorre em produzir formas naturalizadas no livro de História e faz dos seres narrados figuras folclóricas e mitológicas sem conexão com o presente porque o discurso narrativo encarcera esses povos nas senzalas, nas “aldeias de selvagerias tribais”, nos quilombos sem acesso às cidades, nas formas de dominação da época, na nudez exótica de outrora, no seu “animalismo” próprio descrito: a narrativa de uma História sempre segmentada performa desconexões dos sujeitos com o passado, produz o sentimento de superação, de incapacidade de analisar como os regimes de outrora se resignificaram, se modificaram, continuaram a ser aplicados através de uma cortina que invisibiliza formas de dominação e regimes de controle sobre esses povos posando-se ao mesmo tempo de menos atroz, não nocivos ou não brutais.

Com isso, horroriza-se com os relatos das senzalas sofridos, se compadece com as pinturas de Debret, mas não sofre nenhum pavor com os horrores do sistema penitenciário brasileiro atual que em sua maioria é ocupado pela população negra, cativa e posta a regimes de desumanização: “as penitenciárias não dispõem de qualquer relação com a senzalas porque essas pertencem ao passado findado, de estrutura física tal, localizada nas fazendas, nos fundos, vigiadas pelos donos”; esse raciocínio é importante para a continuidade dos domínios de controle. O fim histórico da colonização, ou de outros períodos, é meramente narrativo, um viés ideológico do discurso para se esquecer determinadas coisas seletivamente, para integrar os povos diferentes, nacionalizá-los, e desintegrá-los logo em seguida para que aqueles que dominaram continuem a dominar e falar/fazer as mesmas coisas de forma diferente, forçando-se a não se lembrar, a construir uma cova para o passado e lá determinadas coisas sepultar, produzindo novos predicados para mascararem a velha política ocidental: explorar muitos para o bem de poucos. Sempre será mais plausível relacionar determinado aparelho celular com o primeiro telefone inventado como a evolução ou ampliação das tecnologias, do que relacionar favelas,

morros, palafitas e prisões com as senzalas daquela época. Isto é, há uma ideologia para que essas combinações não sejam reconhecidas como formas tecnológicas de controle uma vez que, se quer entender que “a senzala já foi dissolvida no ato da abolição”.

## 6 I ASPAS NO TEXTO: UM DISCURSO EUROCÊNTRICO CAUTELOSO

Ao longo do texto o autor faz uso de aspas duplas que produzem sentidos diversos e ambíguos para a interpretação do leitor. Vejamos alguns excertos de Moraes:

**1]** As navegações marítimas e a ocupação das terras então “descobertas” pelos europeus deram início a um novo período histórico que colocou, pela primeira vez na história, todo o planeta em relativo contato (1998, p. 170. Grifos do autor).

**2]** É interessante perceber que a maioria dos registros feitos e deixados a respeito das conquistas europeias na América sempre procuravam mostrar suas campanhas como “civilizadoras”, positivas e, sobretudo, “vitoriosas” (1998, p. 175. Grifos do autor).

**3]** Imediatamente essas sociedades aborígenes foram identificadas como “primitivas” e verdadeiros “fósseis vivos que testemunhavam o passado das sociedades ocidentais” (Manuela Carneiro da Cunha) [...] Inicialmente esses povos foram encarados como *sociedades incompletas* e “sem história” que haviam parado no tempo, condenadas “a uma eterna infância” social (1998, p. 179 e 180. Grifos do autor).

**4]** Além disso, havia os constantes conflitos com os indígenas, as dificuldades com a “esmagadora” natureza tropical, a distância da Europa [...] (1998, p. 201. Grifos do autor).

**5]** A solução imediata encontrada foi a escravização do indígena, mas isso esbarrava na defesa dos jesuítas [...] (1998, p. 205).

**6]** “[...] o índio não estava “acostumado” ao trabalho e era “muito preguiçoso”, enquanto o negro estava “acostumado” e apto para o trabalho pesado. Obviamente esta explicação perdeu todo sentido (1998, p. 211. Grifos do autor).

**7]** [...] As dificuldades econômicas tornaram a região [sudeste] pobre em relação ao Nordeste, sem condições de importar escravos africanos, dependente, portanto, da mão-de-obra indígena (1998, p. 205. Grifos do autor).

O autor utiliza as aspas com o termo *descobertas*, por exemplo, com cautela, por pressupor uma co[n]textualização de que a América não foi descoberta pelos europeus, pois já haviam outros povos aqui vivendo quando eles chegaram. Isto é, as aspas carregam a função diacrítica textual de expressar o oposto semântico ao que, de fato, se apresenta, como é o caso de “civilizadoras” e “vitoriosas” no excerto 2, “primitivas” no excerto 3, “acostumado” e “muito preguiçoso” no excerto 6. Esse discurso “cauteloso”, entre aspas, na obra de Moraes (1998) pode se tornar disperso e – ao contrário de uma reflexão sobre conceitos injustos, danosos e impróprios aos indígenas e negros – promover sua iteração de fato, porque na *citação*, neste caso, na exemplificação de um dizer de outrem, reside a possibilidade de dizeres serem novamente iterados garantindo que o ato em si tenha seus efeitos (cf. DERRIDA, 1991). Não há nos textos de Moraes (1998) uma incisão direta, uma objeção contumaz, aos ideais indígenas e negros da época da colonização nem uma historicização de ideologias que consideram ainda hoje os indígenas como povos “preguiçosos” ou os negros como “mais aptos” ao serviço braçal; o que torna enunciado citacional sempre um dito perigoso.

Neste sentido, as aspas se tornam recursos textuais inseguros na garantia de um

contra-discurso ao discurso hegemônico e eurocêntrico sobre esses povos porque seu uso é *cotexualizado* com outras formas discursivas performando diversas funções semântico-pragmáticas provocando ambiguidades porque são utilizadas cotextualmente com diversas funções simbólicas antagônicas propriamente como *contradizer, reiterar, enfatizar, ironizar, referir-se a discurso de outrem* etc. Não há, assim, como garantir isenções citacionais, oposição ou ironia já que as aspas apresentam uma multireferencialidade nos textos uma vez que os atos de fala não têm seu *uptake*, ou sua apreensão, assegurada (AUSTIN, 1976). As aspas não são recursos semânticos óbvios porque são convencionais e multireferenciais incorrendo no risco de uma citação promover uma iteração daquilo que contrapõe. Este panorama é tão turbulento porque Moraes (1998) faz uso do itálico em *sociedades incompletas* no excerto 3 e não traz o termo *solução* no excerto 5 entre aspas: “A solução imediata foi a escravização [...]” (MORAES, 1998, p. 205) – talvez um ato falho diante de um discurso eurocêntrico cauteloso. Com isso, o autor faz uso de diferentes recursos tipográfico-textuais para produzir efeitos de sentidos diversos. O itálico, na maioria das vezes, performa ênfase e não contraposição. Com isso, a História é narrada dentro de um padrão de dubiedade, confuso e cotexualizado com outros sistemas textuais eurocêntrico-embasados favorecendo às hegemonias raciais do branco que não se referem a um texto disciplinar específico, mas às diversas formas de textualidade da composição dos discursos: uma reportagem na TV, uma tirinha etc.

Em alguns excertos supracitados podemos encontrar um discurso que tende à naturalização da forma de vida imposta pelos colonizadores porque fazem uso de termos ideologicamente enviesados que dão determinado tom à interpretação do/a leitor/a. A “ocupação” ao invés de invasão territorial, o “contato” que de tão genérico que é não pressupõe diretamente conflitos sangrentos e genocidas, “conquistas europeias” que reitera a América como objeto e propriedade de posse do europeu, bem como os indígenas e a necessidade da escravidão; excerto 5: “a solução imediata foi a escravidão” não impõe outra saída para a forma europeia de colonizar e os fins passam a justificar os meios, pois os europeus se viram obrigados, para manter sua economia, a escravizar os povos – há uma justificativa disfarçada em que as vítimas seriam os europeus e sua economia; no excerto 7: há uma justificativa da escravidão negra “porque o índio não produzia da mesma forma que os povos escravizados da Europa”. Isto é, o texto utiliza em vários pontos argumentos racistas que justificam e reiteram as diversas formas de exploração de povos, sua cultura e seus corpos.

Assim, o texto de Moraes (1998), apesar de ser publicado no final do século XX possui um discurso mais eufêmico e mais cautelar com a questões étnicas e raciais, se compararmos com as publicações do século XX como de Benevides e de outros autores anteriormente apresentadas. Mas, este livro cotexualiza outros e entextualiza formas discursivas e racialmente danosas à determinada parte da população. Há também o problema da narrativa em tratar essas questões raciais em nossa História e, por isso, as

consideram como “óbvias”, “já resolvidas”, “já superadas”, como no excerto 6: “Obviamente esta explicação perdeu todo sentido”. Isto se trata de uma maneira de furtar-se de uma discussão racial dos tempos atuais e relacioná-la com esses outros discursos atravessados e racista-producente. Há um perfarer indireto com o mito da democracia racial que pressupõe igualdade entre negros, brancos e indígenas no país. É sobre aquilo que se quer ver, ou ver primeiro (cf. PRATT, 1991), mas também sobre aquilo que não se quer ver nunca pelo próprio perigo histórico que ele impõe à memória, a construção do povo, a quem nós somos e fomos, porque um discurso histórico antirracista é um discurso deconstrutor por incidir diretamente nas estruturas que o poder racial foi criado e institucionalizado para que seja possível entender seu funcionamento e seus ordenamentos para que se consiga miná-lo, aperta-lhe nas fraquezas, puí-lo à exaustão para que se questione o mantimento de determinadas estruturas de poder em que determinados discursos, como essas narrativas históricas apresentadas, são reiterados no ímpeto de falar (brandamente) sobre, mas ao mesmo tempo garantir o status quo de quem continua a dominar e ter os privilégios histórico-raciais de nossa sociedade. O livro aqui apresentado não se encontra em contraposições a esses discursos, é mais eufêmico, perfaz um caminho cauteloso, mas disfarça e suaviza ideologias raciais que outrora foram escancaradas na História.

Em vistas de outras obras, é uma obra mais “generosa”, mas não necessariamente contradiscursiva porque performa atos de fala que naturalizam as relações sociais sem lançar mão de uma configuração com o presente; por dissociar-se e amenizar os discursos racistas e iterar de forma menos direta e óbvia a constituição memorizada do ensino de História e sua narrativa curricular, não desfazendo onto-epistemicídios dos povos negros e indígenas, isto é, não minando enfaticamente os atos do discurso colonial em que esses povos não eram seres, mas objetos à exploração ou mão-de-obra barata, que não possuíam saberes reconhecidos, mas crenças desprezíveis e superstições infundadas. O livro não reitera as lutas desses povos para reexistência porque também em sua narrativa, Moraes (1998), coloca esses povos pertencentes à figuração do cenário brasileiro ou porque coaduna-se de forma mais velada pelo não-dito racista.

## **71 OS PÓS-ESCRITOS: OS EUFEMISMOS RACISTAS E AMBIGUIDADES NECESSÁRIAS**

Moraes (1998) ao final de cada capítulo traz o que denomina de “Trabalho com texto”. Neste ponto, o autor apresenta texto de obras específicas ou considerados manuscritos originais para propor uma análise e responder determinadas perguntas sobre os textos. No capítulo 21 ele apresenta um texto retirado do livro de François Laplantine (Aprender Antropologia) em que traz “os trechos da controvérsia pública, ocorrida em 1550, entre o frei dominicano Bartolomé de Las Casas e o jurista espanhol Sepulvera, sobre a natureza dos indígenas americanos e a relação que o europeu devia ter com eles” (MORAES, 1998, p. 179). Segundo o texto apresentado de Las Casas os indígenas se igual aos gregos e

aos romanos, não são tomados como bárbaros, pois essas pessoas têm aldeias, ordem políticas, reis que pode ser melhor que a europeia. Sepulvera, por outro lado, aponta o contrário. Afirma que os indígenas têm natureza de servos e são preguiçosos e é justo que sejam servos pelo amparo da lei divina. Para finalizar, Moraes (1998) cita o trecho de Laplatine que afirma que essas ideologias estão presentes ainda hoje em nossa cultura.

Moraes (1998) apresenta em seguida exercícios “constativos” sobre o texto apresentados que não problematizam esses discursos e se posiciona de maneira neutra a eles fazendo incisões bem cautelares e eufêmicas: “3. De acordo com Sepulvera, como devem ser tratados os indígenas que se relacionam mal com os europeus? Seu discurso de alguma maneira serve à conquista e colonização? Explique.” (MORAES, 1998, p. 179). Há, assim, reiterações danosas e esvaziadas de criticidade nos textos por sempre ser cauteloso à determinada crítica fazendo se uso de um discurso indireto, constativos ou tomando-os como óbvios. No capítulo 22, há a reiteração da ideologia do déficit: “2. Por que, ao fazer a comparação entre essas sociedades diferentes, o colonizador português afirma que na sociedade indígena ‘falta’ algo?” (MORAES, 1998, p. 185). A pergunta não promove um detalhamento ou uma discussão com as afirmações. As afirmações históricas devem ser citadas, mas para contextualizá-las dentro do discurso que aponta seus problemas, suas materializações, e não as citar como uma constatação de algo que foi anteriormente dito. É constatá-lo para colocá-lo diante das estruturas de poder que os sustentam.

Contudo, o autor também faz algumas perguntas sobre os textos perguntas que têm um caráter mais problematizador da narrativa histórica, como esta referente ao relato da indígena Eunice de Paula no livro *História dos povos indígenas: 500 anos de luta no Brasil*: “3. Através dos relatos dos indígenas é possível identificar formas de organização social e cultural próprias de sua sociedade?” (MORAES, 1998, p. 185) e “4. É possível identificar no país, ainda hoje, traços políticos cujas ‘raízes’ estejam no Brasil colonial? Exemplifique” (MORAES, 1998, p. 208). Entretanto, a predominância das perguntas é de caráter constativo, denotadores de um referente específico encontrado no texto sem promover uma análise mais profunda à realidade da época e as consequências geradas no imaginário e na vida social; o livro não é problematizador dos horrores e barbáries da colonização: “1. Analise o trabalho **do escravo** nas fazendas do século XIX. 2. No dia-a-dia, como era a vida dos escravos na fazenda: o que comiam, quando descansavam, etc.? 3. Qual era o tratamento dado pelos proprietários e feitos aos escravos? [...] (Grifo nosso)”. Estas são perguntas que pelo seu aspecto constativo corroboram à *folclorização* da escravidão exotizada no imaginário e atuam como promulgadoras de atos racistas históricos com negros da atualidade que pessoas, através de ditos jocosos, podem reconsiderar ou entextualizar as histórias das senzalas e os abusos humanos durante a colonização como categorias alegorescas e contribuindo para a visão deturpada de que não há racismo no Brasil. Folclorizar a colonização e seus aspectos desumanos é dotar a esse período uma característica suavizadora importante para que os desdobramentos

sobre o poder em função dessas hierarquias não sejam questionados e sejam mantidos da maneira que estão: o grupo dominante que herdou massivamente o controle do poder político e econômico no país, os brancos, continuam se beneficiando dessa construção discursiva.

Sobretudo, há uma *mea culpa* do autor quanto a construção das narrativas históricas a partir da visão dos indígenas ou os povos negros:

Raramente se encontra, na produção historiográfica brasileira, depoimentos sobre a escravidão feitos pelos próprios escravos. Logo após a abolição, diversos documentos sobre o assunto foram destruídos, e os historiadores da época não se preocuparam em recolher o relato de ex-escravos. Com o tempo, estes foram morrendo e, junto com eles, a sua visão sobre a escravidão.

Em seguida, Moraes (1998) traz um trecho do ex-escravo Mariano Pereira dos Santos falecido em 1982 em que narrou os horrores das punições nas fazendas no livro *Depoimentos de escravos brasileiros* organizado por Mário Maestri. Um dos problemas é tratar o texto de forma adicional à narrativa da História. É esta *adicionalidade*, é este lugar depois do texto oficial, o fim do capítulo, o lado marginal juntamente com esta adjacência discursiva que inviabiliza que as estruturas sejam questionadas pelas narrativas encharcadas de colonialidades porque reside nesta fala a falta de *documentabilidade*, a falta tipográfica, manuscrita, timbrada, uma característica *sine qua non* para que o texto seja um documento legítimo, não apócrifo, de status autêntico, uma figura de autoridade em si mesmo. A tudo isso, se deve a ideologia de manter o discurso colonial em voga, em plena realização, sem contradições e esquecimentos. Mesmo que a escravidão tenha sido abolida no século XIX, Moraes (1998, p. 217) ainda o toma como escravo, revelando o discurso porque o discurso não pode ser corrompido, desestabilizado: “1. Analise o trabalho do escravo nas fazendas do século XIX.” É esta ambiguidade oportunista e perniciosa que permeia os discursos históricos; “o trabalho do escravo” pode se referir ao escravo comum no século XIX, mas aponta também para o denunciador da escravidão, o entrevistado, a Mariano Pereira dos Santos, um dos poucos delatores oficialmente ouvidos, que mesmo morrendo quase cem anos após a abolição recebeu depois de morto o nome “escravo”, para marcar seu lugar de fala, de existência e impor limites aos seus horizontes. Isto é a manutenção da ideologia escravocrata em nossos fazeres diários, em nosso livro de História. Essas pessoas “até” podem ser ouvidas, mas que mantenham-se em seus lugares, comportem-se e sejam cordiais com as estruturas de poder para que não haja grande mobilidade, deslocamentos e, o pior, questionamentos estruturais. Esta é um pedaço da narrativa num livro de História em que “um homem nasce escravo e morre escravo” mesmo quase cem anos depois.

Pode-se verificar dessa maneira que há uma composição sempre muito complexa do discurso em torno do assunto. Nenhuma obra traz consigo o todo discursivo possível àquilo que se destina. Não seria justo esperar que todos os textos fossem diretamente referidos por Moraes (1998), que esmiuçasse à exaustão. Mas, tomando o texto como um discurso

enviesado de política, seria mais plausível ter um texto que questionasse determinadas estruturas em suas narrativas. Com isso, podemos pensar, nessa impossibilidade do todo, porque ele nunca está pronto, porque ele não existe em lugar algum e tornar o discurso, esse textual sobre a colonização como pertencente a uma *fractabilidade* discursiva. Isto é, o texto é um pedaço de um todo impossível de ser montando, de ser trazido à toda, de ser revisitado em algum lugar. Há vários discursos que se entrecorporificam, que se mesclam, em grandes ou pequenas quantidades e eles não podem ser alcançados diretamente. Por isso, essa narrativa da colonização é apenas um resto de um todo narrativo impossível de ser quantificado, qualificado ou circunscrito. É um conjunto de fragmentos organizados, pedaços de um todo discursivo que não é físico ou sólido em lugar algum. Possui uma estrutura parcialmente visível e completamente inacabada pelos processos de entextualizações; a incapacidade de dizer tudo ao mesmo tempo o tornar o referente sempre completo e acabado. A narrativa histórica é isso, permeada pela fracatabilidade, é sempre um discurso parco e sem fim, porque não há limites sobre como se pode dizer, narrar, discursar aquilo que se convencionou como fatos, artefatos e outras coisas.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise nos permite verificar que existe um discurso menos ácido, mais comportado e eufêmico em comparação com outros textos históricos do século XX. Entretanto, por reiterar o período e, discretamente, reforçar a colonização dentro dos padrões que envolve a economia e a política da época, o livro mantém e assegura uma visão eurocêntrica em conformidade com os regimes de colonialidade (de poder, de saber e de ser) que surgiram por apresentar narrativas onto-epistemicidas quanto ao povo negro e indígenas, ambos escravizados e violentados pela colonização por vezes justificado no livro através da necessidade de expansão econômica e consolidação política da colônia. Ou seja, há um apagamento dessas subjetividades ou a construção de subjetividades apagadas. As imagens históricas apresentadas não são problematizadas, lançadas a um espectro de neutralidade contribuindo para uma folclorização e exotismo dos povos e dos regimes de poder da época, não mantendo qualquer conexão com o presente e sepultadas num passado esquecível e “longínquo”. Os textos de Moraes (1998) nos capítulos apresentam uma narrativa condescendente ao próprio europeu da colonização por não propor ou problematizar de maneira mais incisiva e reiterar performativamente ideologias eurocêntricas mesmo de forma cautelosa através de recursos diacríticos semântico-textuais, como as aspas duplas e o itálico. A possibilidade contra-discursiva dos textos é enfraquecida por meio de atividades que procuram aspectos constativos nos textos sem qualquer problematização profunda entre os aspectos coloniais vigentes. Há nisso tudo uma segmentação histórica na narrativa em que torna o processo narrado estanque da realidade atual como manobra para que não seja possível relacionar os fatos e cobrar determinadas responsabilidades históricas; o texto (histórico) nunca está

completo e encerrado em si mesmo e são essas brechas discursivas pela fractabilidade que nos permite contra-dizê-lo, modifica-lo e resignificá-lo.

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. *How to do things with words*. Massachusetts: Cambridge, 1972.

BITTENCOURT, Circe Maria F. Livros e materiais didáticos de História. In: \_\_\_\_\_. *Ensino de História. Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 4ª edição, p. 291-324, 2011. [3ª parte: Materiais didáticos: concepções e usos. Capítulo 1].

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais de eficácia do discurso ritual. In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. Tradução de Sérgio Miceli et alli. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. Parte II: Linguagem e Poder simbólico. cap. 1, p. 85-96.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de jan. de 2003. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*. Consulta online. Acesso no dia 26 de fevereiro de 2019a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm)>.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de mar. de 2008. *Aprova a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privado*. Consulta online. Acesso no dia 26 de fev. de 2019b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)>.

CONCEIÇÃO, Maria T. Os Discursos da Racialização da África nos Livros Didáticos Brasileiros de História (1950 a 1995). *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 35-58, jan./mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661110>

DERRIDA, Jacques. *Limited Inc.*. Campinas : Papyrus, 1991.

ERIBON, Didier. A filosofia do armário. In: ERIBON, D. *Reflexão sobre a questão gay*. Tradução de Procopio Abreu. Edição de José Nazar. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998, p. 357-366. Capítulo VIII.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Mobility and discourse circulation in the contemporary world: the turn of the referential screw. *Revista da Anpoll*, n. 40, p. 129-140, 2016.

FERNANDES, Antônia T. de C. Uma obra didática e suas diferentes versões. *Revista de história*, n. 176, p. 1-32, 2017.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 13ª edição, 2006a.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006b.

GROSGOQUEL, Ramón; MONTOYA, Angélica M.; BUSO, Hugo. Entrevista a Ramón Grosfoguel. *Polis*, 18, 2007, p. 1-13. Publicado el 23 julio 2012, consultado em 29 de setembro de 2016. Acesso disponível em <<http://polis.revues.org/4040>>.

KILOMBA, Grada. *Plantation memories*. Episodes of everyday racism. Budapest: Interpress, 2<sup>nd</sup> edition, 2010.

LIMA, Elicio G. A constituição de sujeitos e a produção de conhecimentos: pontuações acerca da pesquisa do livro didático de história. *RBEP*, v. 94, n. 236, p. 232-248, jan./abr. 2013.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

MBEMBE, Achille. A questão da raça. In: \_\_\_\_\_. *A crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 3<sup>a</sup> edição, 2014, p. 25-74. [Capítulo 1].

MORAES, José G. V. de. *Caminhos das civilizações*. História integrada geral e Brasil. São Paulo: Atual, 1998.

PRATT, Mary L. *Arts of contact zone*. *Profession*, p. 33-40, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: G.C. Gráfica de Coimbra, LDA., 2009, p. 73-119.

ROCHA, Helenice A.; CAIMI, Flávia E. A(s) história(s) contada(s) no livro didático hoje: entre o nacional e o mundial *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n.º 68, p. 125-147, 2014.

RODRIGUES, Aryon D. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura*. v. 57, n. 2, p. 35-38, 2005.

\_\_\_\_\_. *Línguas indígenas brasileiras*. Brasília, DF: Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. 29p. Disponível em: <<http://www.laliunb.com.br>>. Acesso em: 25/02/2019.

ROSEMBERG, Fúlvia. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa-Revista da FE/USP*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

SALES Jr., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 2, p. 229-258, 2006.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2011.

SILVERSTEIN, Michael. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, n. 23, p. 193-229, 2003.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, colonialidad y educación. *Revista Educación y Pedagogía*, vol. XIX, núm. 48, Mayo – Agosto de 2007.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**LILIAN DE SOUZA** - Atua como professora de língua espanhola na Faculdade de Tecnologia de São Paulo - câmpus Itu, Americana, Piracicaba, Bragança Paulista e Araras. É Doutora em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação Sociocomunitária pelo Centro Universitário Salesiano, UNISAL. Especialista em Secretariado Executivo pela Faculdade de Tecnologia Internacional e licenciada em Letras - Português e Espanhol pela Faculdade de Americana. Sua pesquisa de mestrado discute o ensino de língua espanhola sob a ótica da Educação Sociocomunitária e do Multiculturalismo. Sua pesquisa de doutorado realiza uma conversa entre a Educação Sociocomunitária e a teoria contemporânea da Translinguagem nas aulas de ELFE (Ensino de Línguas para Fins Específicos). Participou do Projeto colaborativo Internacional entre a Faculdade de Tecnologia de Itu e a Jamestown Community College - Estados Unidos e com a Universidad Politécnica de Monterrey - México. Também participa do PCI BRASIL Y COLOMBIA, entre FATEC Piracicaba e Universidad Uniminuto da Colômbia. Atua como revisora e tradutora da revista V@rvitu da Faculdade Dom Amaury Castanho. Coordenou o projeto social FATEC AMIGA - Fortalecendo Valores, na cidade de Itu e região.

**FERNANDA TONELLI** - Trabalha como professora de língua espanhola no Instituto Federal de São Paulo - câmpus Capivari. É Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Unesp-Araraquara, com estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Linguística pela UFSCar e Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EaD, pela UFF. Graduada em Letras - Português/Espanhol pela UFSCar. Suas pesquisas de Mestrado e Doutorado têm como temática significados sobre o componente (inter)cultural no ensino/aprendizagem português e espanhol línguas estrangeiras. Foi professora de Espanhol no curso de graduação em Letras da Universidade Federal de São Carlos durante 2013. No ano acadêmico de 2014/2015, foi professora de língua portuguesa na Utah State University, Estados Unidos, pelo Programa FLTA (Foreign Language Teaching Assistant), da Capes/Fulbright. Também tem experiência em projetos na área de Português Língua Materna na modalidade a distância. Seus focos de interesse são: cultura, interculturalidade crítica, estudos culturais latino-americanos, decolonialidade, formação de professores, espanhol e português línguas não maternas.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acontecimento enunciativo 116, 117, 120, 122, 129

Afetos 31, 57, 158, 159, 162, 163

Agricultura familiar 158, 166

Al-Khansa 1, 2, 5, 7

Al-Khirniq 1, 5, 6, 7

Alteridade 121, 167, 176, 181, 182

Ancestralidade 158, 159, 163, 166, 187, 195

Atividades remotas 116, 117

### C

Canto 161, 167, 175, 177, 178, 179, 180

Choro 5, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 57

Cognição 54, 57, 58, 59

Competência lexical do falante 106

### D

Desterritorialização 149, 150, 152, 153, 155, 156, 157

Discurso docente 116

### G

Guimarães Rosa 29, 30, 31, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 75, 76, 149, 150, 151, 152, 155, 157

### H

Henriqueta Lisboa 131, 132, 133, 137, 140, 141, 144, 145, 147

História 2, 7, 9, 11, 14, 15, 17, 19, 20, 22, 25, 26, 29, 30, 31, 36, 40, 42, 56, 57, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 81, 90, 100, 106, 114, 115, 118, 120, 122, 128, 129, 130, 131, 139, 140, 141, 143, 144, 148, 157, 164, 165, 166, 168, 169, 171, 178, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 208

### I

Identidade 30, 50, 67, 73, 109, 158, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 169, 176, 181, 182, 185, 198, 208

Imagem-símbolo 167, 179, 180

Indústria cultural 43, 44, 46, 47, 49, 50, 53

Infância 31, 63, 149, 151, 157, 201

Interação 22, 58, 77, 96, 98, 99, 177

Invisibilidade do ser 27

## **J**

Jahiliya 1, 2, 3, 4, 7

Jornais 9, 10, 11, 80, 81, 82, 87, 88, 92, 93, 94, 95

Jovens mediadores 96, 99, 100

## **K**

Kene 167, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 182

## **L**

Leitura literária 96, 97, 101, 114

Literatura contemporânea 29

Literatura infantil 106

## **M**

Machado de Assis 12, 13, 14, 43, 44, 46, 51, 52, 53, 80, 83, 85, 86, 89, 91, 95

Maranhão 9, 10, 14, 15, 62, 67

Maria Firmina dos Reis 61, 62, 64, 66, 67

Mário de Andrade 131, 132, 133, 135, 139, 140, 141, 143, 147, 148

Mímesis 68, 69, 74, 75, 76, 78

Morfologia lexical 106, 108, 115

Música popular 9, 10, 12, 15, 45, 46

## **N**

Neologismos 106, 107, 108, 109, 110, 112, 114

Neurociência 54, 55, 56, 59, 60

## **O**

Onto-epistemicídio 184

## **P**

Pandemia 27, 100, 102, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 129

Poesia árabe 1, 7

Povo indígena 184

Povo negro 184, 185, 191, 194, 195, 198, 199, 206

Primeiras estórias 149, 150, 151, 157

## U

Um marido ideal 16, 18

Úrsula 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

# LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES:

Ressonâncias e repercussões

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Ano 2022

# LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES:

Ressonâncias e repercussões

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora  
Ano 2022